



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

CANCELADO
PELO
AUTOR.

REQUERIMENTO Nº DE



SF/19088.28227-30 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na redação do art. 2º da PEC 6/2019, *que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.*

JUSTIFICAÇÃO

O destaque que ora se apresenta pretende que seja reintegrado ao texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 6 de 2019 os parágrafos do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pelo art. 2º da Proposta, que determinam que sobre o valor da reparação mensal de natureza econômica dos anistiados e seus dependentes incida contribuições previdenciárias, sem prejuízo do pagamento das demais contribuições previdenciárias a que estiverem sujeitos em decorrência de serem segurados obrigatórios da previdência social, para vedar a percepção simultânea da reparação mensal com proventos de aposentadoria e para restringir concessão de novas reparações mensais ao valor do limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social e ao reajuste da prestação ao índice aplicado ao RGPS.

Página: 1/4 16/09/2019 17:35:39

238a49804ced1fae2ac6d86004e33027b82f4b



Recebido em 23/ 9 /19
hora: 10 50

Recebi o original
em 1/10/2019
Alessandro R. de Oliveira

O texto que, por meio do presente destaque pretende-se retornar ao principal, foi retirado pelo Relator, ainda na Comissão de Constituição e Justiça, por meio da Emenda nº 1 – CCJ a Emenda nº 197.

Dar tratamento previdenciário as reparações de natureza econômica dos anistiados não representa uma ação de retaliação ou de inconformismo com o passado, representa uma ação de contribuição geral de toda a população para um sistema de seguridade social justo e sustentável. Muitas das reparações concedidas superam o valor médio dos benefícios pagos pelo RGPS e, não raramente, não são a única fonte de renda do beneficiário, acumulando-se mesmo com aposentadorias ou outros benefícios previdenciários.

As novas regras que esta alteração introduz no ordenamento jurídico não provocam ônus excessivo ou extraordinário nos receptores das reparações, basta observar que em reformas da previdência anteriores grupos de beneficiários que não tinham seus benefícios taxados passaram a tê-los, como forma de aumentar a arrecadação da Previdência Social, como é o caso do servidor público aposentado, que passou a contribuir para a previdência a partir da reforma de 2003.

Sendo a reparação de natureza econômica do anistiado um benefício social que o Estado brasileiro paga, nada mais justo que o receptor, assim como os receptores de tantos outros benefícios sociais, contribua para o custeio desse sistema.

O montante estimado, em 10 anos, para a arrecadação com essa medida é de cerca de 1 bilhão de reais, que entendemos bastante substancial.

Pelos argumentos elencados, pugnamos pela admissão e posterior aprovação do presente destaque.



SF/19088.28227-30 (LexEdit)

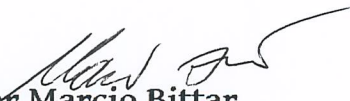
Página: 2/4 16/09/2019 17:35:39

238a49804ced1fa1ae2ac6d86004e33027b82f4b

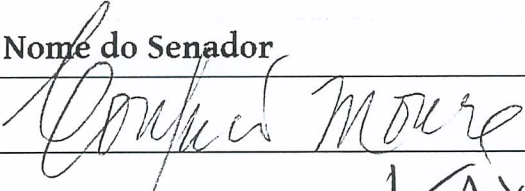
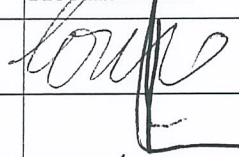
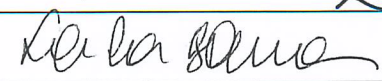
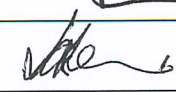
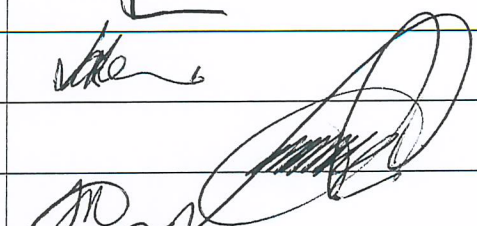
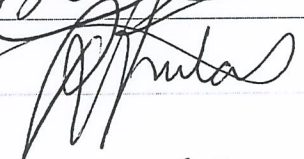
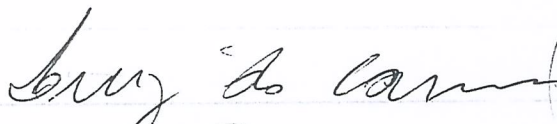
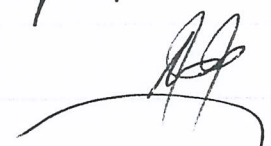

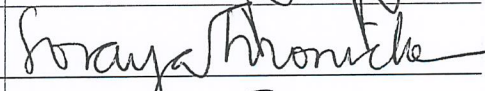
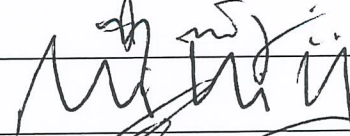
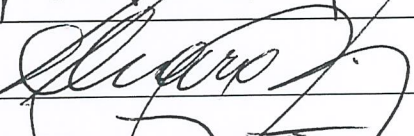
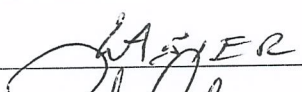
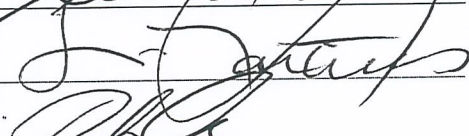
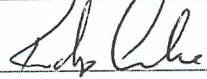



Requeremos, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na redação do art. 2º da PEC 6/2019, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 2019.

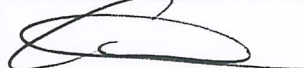






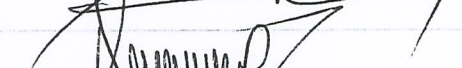







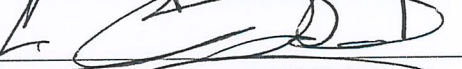
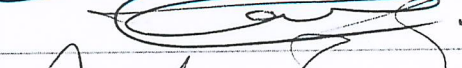

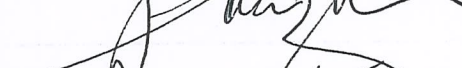
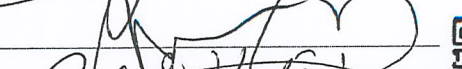



Senador Marcio Bittar
 (MDB - AC)



Nome do Senador	Assinatura
 Comandante Moura	
KAYURU	
	
Telmário Mota	
Regefe	
Dose de Freitas	
 Luiz do Carmo	
maíza Gomes	
Sergio Puteiros	
Soraya Thronick	
Wesley (RAD)	
Flávio ARMS	
Alvaro Dias	
 Wagner	
 Zé Luiz	



Requeremos, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na redação do art. 2º da PEC 6/2019, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.

Nome do Senador	Assinatura
STYVENSON VALENTIM	
Eduardo Faria	
CIRIO	
Daniela Ribeiro	
Romário	
MARCIA REGGIO	
EMERSON GOMES	
Dário Berger	
Acir	
Jorgeinho Mello	
Juza Selva	
DANIEL	
SAMUEL GOMES	
IZALCI WAZ	
Vanderlei Rodrigues	
WAZ BARRETO	
MARCOS ROCHA	
CARLOS JAVIER	
LONTARATO	
Regineha Mariulo	
LUIZ CARLOS FERREZ	
Plínio Valério	



SF19088.28227-30 (LexEdit)

Página: 4/4 16/09/2019 17:35:39

238a49804ced1fa1ae2ac6d86004e33027b82f4b

